IBMEC RJ – Relações Internacionais
Palestra com Demétrio Magnoli realizada no IBMEC RJ em 22 de Novembro de 2011

A partir da palestra de Demétrio Magnoli pode-se ver uma constante na trajetória dos Estados, especificamente quanto à sua consolidação enquanto instituição do sistema internacional. Esta constante se forma através da contínua tentativa de se encontrar um meio de equilibrar os poderes e as atuações dos principais atores do cenário internacional, quais sejam, principalmente, aqueles europeus.

Desde o começo do século XX, tentativas de orquestração do sistema vêm ocorrendo, tendo como principais expoentes países que saíram vencedores das Primeira e Segunda Guerra, mesmo que o caráter restritivo quanto à participação e composição das organizações internacionais seja ainda alvo de constantes discussões.

Tais organizações internacionais foram constituídas a partir de princípios estabelecidos ao longo de toda a história da ciência política moderna. Desde o poder coercitivo legítimo do Estado, da anarquia do sistema internacional (e com isso, a dificuldade de equilibrar os interesses dos distintos governos e sociedades), da "paz perpétua" de Emmanuel Kant e do uso de um direito internacional suplantado por uma rede de tratados que sejam aceitos e seguidos pelos diversos Estados defendido por Ugo Grotius.

Quando paramos para analisar os presentes debates sobre os conflitos civis no Oriente Médio e a presença da Organização das Nações Unidas como interventora, encontramos a difícil contradição presente nos pilares do sistema, qual seja, entre a soberania dos Estados e o Direito das pessoas. Após os diversos conflitos ao longo da década de 90 na África e nos Bálcãs, e sob a égide dos Direitos Humanos como postulado intocável e universal da ONU, novas formas de intervenção foram discutidas e propostas através da nova resolução 1.973/2011.

Tal resolução prevê a intervenção da ONU e utilização pela mesma de "todos os meios necessários" para proteger os civis de Estados que esteja passando por momentos em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos não está sendo cumprida – trazendo a uma referência direta ao direito e dever dos Estados em proteger seus cidadãos. Assim, avaliando os países que se abstiveram de assiná-la, pode-se tirar algumas conclusões sobre o atual estado do sistema internacional com respeito ao alinhamento das políticas externas e linhas de atuação dos Estados.

China, Índia e Rússia possuem justificativas razoáveis e práticas para não concordar com o documento uma vez que possuem gargalos internos marcados por conflitos regionais. A Alemanha por sua vez, com questões conjunturais de eleições e incômodos com respeito a gastos governamentais, consegue, também, ser aliviada de cobrança efetiva de posição neste tema. Porém o Brasil se mostra, mais uma vez, perdido em linha de atuação internacional.

Mesmo exigindo, em bases constitucionais, o princípio dos direitos humanos na formulação de sua política externa, e mesmo não havendo motivos internos como, por exemplo, conflitos regionais, o Brasil se absteve em votar a resolução. Esta posição evidencia uma continuidade, que parecia haver cessado com a mudança de governo, na condução das políticas públicas (internas e externas) do Estado brasileiro.

O governo brasileiro busca um assento no Conselho de Segurança da ONU, discursa em prol da humanização das relações internacionais, condena apedrejamentos (e isso somente com a nova presidenta) e vota contra a violação dos direitos humanos no Irã. Contudo, suas opiniões são revertidas, contrastando à própria Constituição Federal de 1988, ao criticar a OTAN em suas investidas, fazer declarações contrárias à ONU, demonstrando falta de lógica na sua atuação. Põe-se a perder qualquer tipo de possível legitimação perante os outros Estados que compõem o processo decisório na arena internacional.

Mais uma vez caímos na prepotência de achar que ao sermos contrários às posições dos países desenvolvidos estamos nos consolidando enquanto representantes de algum tipo de movimento pró qualquer coisa que não se deixa transparecer. Cambaleamos para caminhos sustentados por interesses partidários internos que buscam em um (duvidoso) nacionalismo, levantar a bandeira de país independente ao sistema.

Com o maior acesso à informação, com o advento das novas tecnologias e da formação de uma opinião pública internacional cada vez mais atenta aos erros e acertos dos Estados, pode-se afirmar que o Brasil se encontra em momento decisivo, nadando em águas perigosas. Questões geopolíticas, interesses energéticos no Oriente Médio, planos de grandes corporações, sempre existirão. Entretanto a bandeira dos Direitos Humanos, diversas vezes levantada pelo governo e pelo povo brasileiro, está sendo deixada de lado por algum motivo que parece ainda não estar definido. A fluidez e inconstância na política externa podem trazer conseqüências ruins em um momento decisivo de crescimento e desenvolvimento no Brasil. Devemos cobrar e ficar atentos: qual será a identidade que queremos?

Gabriel Motta de Gouvêa